



GT 042. Maternidades, partos e cuidado infantil: políticas dos corpos, direitos humanos e antropologia em ação

Rosamaria Giatti Carneiro (UnB) - Coordenador/a,
Elaine Müller (UFPE) - Coordenador/a, Giovana
Acácia Tempesta (UnB) - Debatedor/a, Fernanda
Bittencourt Ribeiro (Pucrs) - Debatedor/a, Camila
Pimentel (Fiocruz Pernambuco) - Debatedor/a

Este GT pretende dar continuidade às discussões inauguradas na RBA de 2014 e em outros fóruns de debate antropológico nos últimos anos. Se, de início, nos concentramos nos debates sobre parto, assistência médica e movimentos de mulheres na atualidade, os últimos anos têm nos dado mostra da ampliação da reflexão nesse campo. A antropologia do parto tornou-se, pouco a pouco, a antropologia das maternidades, dos corpos e da infância, tematizando literalmente o cuidado em sua vida social desde uma perspectiva de gênero. Muitos têm sido os seus desdobramentos que nos incitam a propor este grupo, quais sejam: as maternidades contra-hegemônicas; as novas parentalidades; as teorias da maternagem, a criação com apego, a disciplina positiva e seus dilemas; a vida profissional e a maternidade no século 21; as mães e deficiência no contexto do Zika Vírus; aborto; os movimentos sociais-econômicos maternos; a política e a maternidade; as desigualdades e maternidades; as noções de infância; os direitos no/do parto; a pesquisadora como mãe e a antropologia feita por mães, para além, claro, dos debates sobre assistência médica, leituras de parto, pós-parto e amamentação. Por essa razão, trabalhos que contornem esse leque investigativo serão mais do que bem-vindos no sentido de despertar diálogos antropológicos sobre direitos humanos e maternidades em ação e em amplo sentido.

Quando corpo, gênero e saúde se encontram: algumas reflexões sobre os Itinerários Terapêuticos da Infertilidade Feminina no contexto moçambicano

Autoria: Obonyo Meireles da Guerra, Obonyo Guerra (PPGAnt/UFMGD) Clotildes Martins Morais (PPGAnt/UFMGD) Esmael Alves de Oliveira (UFGRS/UFMGD)

Em Moçambique, no âmbito dos valores socioculturais e tradicionais, o lugar da mulher na sociedade depende do casamento e da sua capacidade de reprodução. E nesse quesito um grande valor é atribuído à fertilidade, onde tal capacidade torna-se uma condição indispensável para a confirmação de seu valor na sociedade. O presente artigo refere-se ao projecto de pesquisa curso que visa analisar os Itinerários Terapêuticos da Infertilidade Feminina na Medicina Tradicional Moçambicana na contemporaneidade e seus possíveis impactos nas trajetórias de vida das mulheres que a vivenciam e, a partir disso, pensar de que modo tanto a infertilidade quanto a condição do feminino passam a ser significadas pela lógica da medicina tradicional. Verifica-se que estudos antropológicos no campo da saúde sobre os itinerários terapêuticos tendem a mostrar que a construção de novas e diferentes formas de cuidado em saúde nos colocam diante de um contexto de mudanças e desafios (Langdon, 1994, 2005; Fleischer, 2011). Tais estudos têm se deparado com a seguinte constatação: tanto os indivíduos quanto a sociedade encontram diferentes maneiras de resolver as questões relacionadas à saúde. No caso das sociedades contemporâneas, esse fato assume maior complexidade à medida que está atravessada por diversos saberes, poderes, fazeres e instituições. Assim, se de um lado, os indivíduos atualmente se deparam com maiores possibilidades de escolha e de ação, uma vez que encontram à sua disposição uma ampla gama de serviços terapêuticos e de saberes que os justificam, por outro também encontramos uma série de concepções e de práticas que continuam a reiterar as dicotomias e essencialismos na sua forma de compreender e intervir sobre as questões relacionadas seja ao corpo seja à saúde e o gênero torna-se um marcador importante (Vieira, 2002).. Portanto, work se propõe compreender e analisar os aspetos socioculturais dos itinerários



terapêuticos da infertilidade feminina na cidade de Maputo, em Moçambique, ao mesmo tempo em que tentaremos perceber quais os possíveis recursos oferecidos pela medicina tradicional com relação ao tratamento das diversas causas de infertilidade sem perder de vista o modo como as mulheres agenciam essa condição.. Nesse sentido, ao problematizarmos a questão da infertilidade feminina no contexto de Moçambique, buscaremos tanto contribuir com o campo de estudos do que convencionou chamar de antropologia da saúde, quanto construir uma reflexão que possa possibilitar futuramente um diálogo mais aproximado entre as políticas públicas no campo dos direitos sexuais e reprodutivos e a chamada medicina tradicional.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**